

15. Declarações Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro



CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA

Telef.: 239 470 300 - Fax: 239 478 098 / geral@cm-penacova.pt

Declaração


-----Dr. Humberto José Batista Oliveira, responsável pelos Serviços Gestão Financeira e Patrimonial, para os efeitos da alínea b) do artigo 15 da Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e de acordo com o nº 1 do artigo 17.º do Decreto-lei Nº 127/2012 de 21 de junho, declara que todos os recebimentos em atraso se encontram devidamente registados pelos seguintes montantes:-----

Cliente/Devedor	Montante	Descrição
Cientes, Contribuintes e Utentes	11.429,06€	Fornecimento água, Saneamento Resíduos Sólidos

*Dívidas de diversos clientes, contribuintes e utentes não superiores a 5.000,00€ individualmente

Município de Penacova, 22 de Março de 2014

O Presidente da Câmara


(Dr. Humberto José Baptista Oliveira)



CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA

Telef.: 239 470 300 - Fax: 239 478 098 / geral@cm-penacova.pt

Declaração

Nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2013, se encontram devidamente registados na base de dados da entidade, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2014	1.486.002,54
2015	102.324,70
2016	99.058,78
Seguintes	591.475,16

Município de Penacova, 22 de Março de 2014

O Presidente da Câmara

(Dr. Humberto José Baptista Oliveira)



CÂMARA MUNICIPAL DE PENACOVA

Telef.: 239 470 300 - Fax: 239 478 098 / geral@cm-penacova.pt

Declaração

-----Dr. Humberto José Batista Oliveira, responsável pelos Serviços Gestão Financeira e Patrimonial, para os efeitos da alínea b) do artigo 15 da Lei N.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara que o Município de Penacova, não tem a 31 de Dezembro de 2013, pagamentos em atraso mais de 90 dias-----

Município de Penacova, 22 de Março de 2014

O Presidente da Câmara



(Dr. Humberto José Baptista Oliveira)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE PENACOVA**, as quais compreendem o Balanço em **31 de Dezembro de 2013**, (que evidencia um total de balanço de 43.306.714,16 euros e um total de fundos próprios de 30.120.706,54 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.112.787,59 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 10.453.412,66 euros de despesa paga e um total de 11.327.409,78 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE PENACOVA**, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 8.1. A generalidade dos edifícios, propriedades do Município de Penacova, não se encontram abrangidos por qualquer tipo de seguro. Pelo que somos da opinião que o Município de Penacova deverá rever a sua política relativamente à cobertura de seguros do seu imobilizado.
 - 8.2. A execução orçamental da receita e da despesa no exercício de 2013 foi, respetivamente, de 74,39% e de 65,44%.
 - 8.3. O endividamento líquido do Município é negativo em € 2.685.073,40, não ultrapassando assim o limite ao endividamento líquido para 2013 (€ 873.796,44) estipulado na Lei das Finanças Locais e na Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro.

Coimbra, 07 de Abril de 2014


José Joaquim Marques de Almeida

Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.



PARECER DO AUDITOR EXTERNO

INTRODUÇÃO

1. Para efeitos da alínea e) do n.º 3 do artigo 47º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do exercício findo em **31 de Dezembro de 2013**, do **MUNICÍPIO DE PENACOVA**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de activo líquido de 43.306.714,16 euros e um total de capital próprio de 30.120.706,54 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.112.787,59 euros) e na Demonstração dos resultados por natureza, na Demonstração dos fluxos de caixa, e nos correspondentes Anexos exigidos por Lei e nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e na informação sobre a Execução Orçamental.
2. As quantias das demonstrações financeiras e da execução orçamental, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Município de Penacova:
 - a) A preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e a informação sobre a execução orçamental de acordo com os princípios e regras orçamentais;
 - b) A adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) A informação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira e de execução orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos, destinados a rever:
 - A fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - A adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - A aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
 - A apresentação da informação financeira.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação:
- a) Da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos;
 - b) Da concordância da informação financeira consolidada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
 - c) Do grau de execução orçamental.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação financeira individual e consolidada e sobre a execução orçamental.



OPINIÃO

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira e de execução orçamental do exercício findo em **31 de Dezembro de 2013**, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector e com os princípios e regras orçamentais.

Coimbra, 07 Abril de 2014

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:



José Joaquim Marques de Almeida – ROC 571